

Recebimento: 11/03/2021

Aceite: 20/08/2022

## **SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: UMA PROPOSTA DE FATORES PARA AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E BARREIRAS NAS IGS**

## **TERRITORIAL SUSTAINABILITY AND GEOGRAPHICAL INDICATIONS: A PROPOSAL FOR FACTORS TO ASSESS OPPORTUNITIES AND BARRIERS IN GIS**

Shana Sabbado Flores<sup>1</sup>

Ivanira Falcade<sup>2</sup>

### **Resumo**

O tema das indicações geográficas no Brasil, embora novo, tem crescido em importância, nas últimas duas décadas. A pesquisa teve como objetivo sistematizar fatores para avaliação da sustentabilidade dos territórios que possuem produtos com IG e para a prospecção de novas IGS, permitindo avaliar, sob a mesma base, produtos e territórios diferentes. O estudo utilizou como base teórica e metodológica a abordagem territorial e foi estruturado em cinco etapas, que envolveram a busca de referenciais teóricos e empíricos à proposição e teste do protocolo. O protocolo sistematizado propôs 20 fatores organizados em cinco dimensões de sustentabilidade (ambiental, social, econômica, político-institucional e territorial), que foram desdobrados em indicadores. O teste foi realizado com oito IGS do Rio Grande do Sul (quatro registradas, uma depositada e três em prospecção ou estruturação), englobando diferentes produtos, categorias, regiões e graus de maturidade e desenvolvimento. Os dados foram confirmados utilizando triangulação dos resultados com resultados de outras pesquisas, trabalhos de campo e entrevistas com especialistas. Os principais resultados referentes às IGS do RS, apontaram a presença de produtos com identidade territorial e o fortalecimento de fatores territoriais, com especial destaque à atuação das ICTs. Já o dinamismo dos processos das IGS passou por fatores político-institucionais, sobretudo governança, e na estruturação relacionada a fatores econômicos e presença de gestão profissional. As iniciativas relacionadas aos fatores ambientais podem ser fortalecidas, contribuindo para a sustentabilidade das IGS e também posicionando-as como mecanismos para preservação da biodiversidade. O instrumento validado poderá ser usado em outros contextos e futuros projetos, por pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Indicação geográfica. Território. Rio Grande do Sul. Políticas públicas. Desenvolvimento regional.

### **Abstract**

<sup>1</sup> Doutora em Geografia (UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves – RS, Brasil. E-mail: shana.flores@bento.ifrs.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Geografia (UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves – RS, Brasil. E-mail: ifalcade@hotmail.com

The topic of geographical indications in Brazil, although new, has grown in importance in the last two decades. The research aimed to systematize factors for assessing the sustainability of territories that have products with GI and for prospecting new GIs, allowing the evaluation, under the same basis, of different products and territories. The study used as theoretical and methodological basis the territorial approach and it was structured in five stages, which involved the search for theoretical and empirical references to the proposal and test of the framework. The systematized framework proposed 20 factors organized into five dimensions of sustainability (environmental, social, economic, political-institutional and territorial), which were unfolded into indicators. The test was carried out in eight regions of Rio Grande do Sul (four recognized, one in analysis and three in prospection or structuration), encompassing different products, categories, regions and degrees of maturity and development. The data were confirmed using triangulation of results with results from other studies, fieldworks and interviews with experts. The main results referring to the GIs of RS, point to the presence of products with territorial identity and the strengthening of territorial factors, with special emphasis on the performance of CTIs. The dynamism of the processes of the GIs, on the other hand, goes through political-institutional factors, especially governance, and in the structuring related to economic factors and the presence of professional management. Initiatives related to environmental factors can be strengthened, contributing to the sustainability of GIs and also positioning them as mechanisms for preserving biodiversity. The validated framework can be used in other contexts and future projects, by researchers, managers and formulators of public policies.

**Keywords:** Geographical indication. Territory. Rio Grande do Sul. Public policies. Regional development.

## Introdução

As Indicações Geográficas (IGs) são uma modalidade de proteção intelectual, cuja principal função é o reconhecimento e a proteção das especificidades das regiões produtoras. Em um conceito amplo, o termo indicação geográfica se refere a produtos com origem definida, incorporando ativos materiais e imateriais, tais como reputação, fatores ambientais e humanos, que traduzem a identidade e a cultura de um dado espaço geográfico, proporcionando produtos com características próprias (WIPO, 2002).

O tema tem desenvolvimento recente no Brasil, quando comparado ao contexto internacional: a primeira legislação positiva sobre o tema é somente de 1996 (BRASIL, 1996) e a primeira IG registrada<sup>3</sup> foi em 2002 – o Vale dos Vinhedos na categoria de Indicação de Procedência. Enquanto isso, a França teve sua primeira IG reconhecida em 1919 e Portugal em 1756, considerada a primeira IG nos moldes atuais (BRUCH, 2008). Apesar disso, as IGs têm crescido em representatividade e importância, seja em número, diversidade, repercussão acadêmica e conhecimento do público em geral. Em termos quantitativos, até agosto de 2022, o Brasil contava com 92 IGs, 69 na categoria de Indicação de Procedência (IP) e 23 como Denominação de Origem (DO). A expansão também ocorreu em termos qualitativos, se considerado a diversidade crescente de produtos e a repercussão nacional, visto que está presente em 21 estados da federação (INPI, 2013, 2018, 2021). Tal movimento também é percebido com relação ao desenvolvimento das pesquisas sobre o tema, principalmente como temas de dissertações e teses (Flores; Falcade, 2019a)

As IGs frequentemente são associadas a produtos agropecuários, de origem rural ou artesanal, e têm sido vistas como um paradigma de desenvolvimento territorial e objeto de políticas públicas, na medida em que se tornam uma alternativa para reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional (BARHAM, 2003; BOWEN, 2010; NGO BAGAL; VITTORI, 2011; POLLICE, 2010; RANGNEKAR, 2004). Cada indicação geográfica representa um contexto, com suas especificidades, que incluem fatores físicos e imateriais, atores, instituições e cultura, com seus sistemas e códigos próprios – um território e suas territorialidades. Nesse sentido, a promoção das IGs também pode ser vista como uma ferramenta para fomentar a diversidade cultural e a sustentabilidade dos territórios.

<sup>3</sup> No Brasil, as indicações geográficas existem de direito quando são registradas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo exigido, para uma IP, que o topônimo do território tenha reconhecimento social pela produção; enquanto, para uma DO, em síntese, é necessário demonstrar a correlação do produto com o território de origem.

Sustentabilidade na abordagem territorial remete à capacidade de reterritorialização e tem escopo amplo, considerando as dimensões ambiental, social, econômica, político-institucional e territorial (MAGNAGHI, 2000, 2005, 2011). Assim, as IGs podem ser consideradas um fator para promoção da sustentabilidade em aspecto amplo: contribui para a organização política-institucional, valoriza a produção local e os produtores, agrega valor aos produtos, preserva a diversidade cultural e ambiental e tem potencial para promover a sustentabilidade ambiental.

Diversos estudos vêm trabalhando com os impactos das IGs. Entre as principais externalidades positivas decorrentes de uma IGs podem ser identificados: organização da região e seus atores, valorização dos produtos e produção, além do turismo (FALCADE, 2007; NIEDERLE, P. A.; VITROLLES, 2010). Muitas vezes se observam casos bem sucedidos, contudo o espectro de comparação tem sido entre poucos casos, o que não permite uma análise mais ampla do tema. É fato que as IGs apresentam diferentes níveis de articulação, maturidade e dinamismo e uma observação mais ampla sob os mesmos critérios permite identificar oportunidades e barreiras para o desenvolvimento do tema.

Este artigo apresenta parte dos resultados de projeto de pesquisa "IGs: fatores de inovação, competitividade e sustentabilidade nas Indicações Geográficas (IGs) gaúchas", apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), que teve como objetivo identificar fatores de sustentabilidade e inovação para promoção das IGs do Rio Grande do Sul. Apesar de o instrumento ter sido desenvolvido e testado nas IGs do Rio Grande do Sul, os procedimentos e conceitos utilizados são amplos e permitem a aplicação do protocolo em outros territórios, apoiando a reflexão sobre o tema.

O texto está estruturado nos seguintes itens: síntese da base teórica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, seguida pela apresentação dos procedimentos metodológicos. Os resultados são apresentados em dois momentos, iniciando com os fatores de sustentabilidade sistematizados e formato de avaliação, seguindo com as considerações a respeito da aplicação do protocolo nas IGs do Rio Grande do Sul. Assim, o artigo tem o intuito de contribuir na análise e reflexão a respeito das IGs e seus impactos nos territórios, colaborando com pesquisadores, mas também com produtores e formuladores de políticas públicas para promoção de estratégias visando o desenvolvimento territorial.

## **IGs e sustentabilidade territorial**

A relação entre as indicações geográficas, sustentabilidade e desenvolvimento territorial, vem sendo trabalhada em diversos estudos sobre o tema, além de respaldadas por políticas públicas de promoção e apoio. A abordagem territorial considera o território e seus processos como unidade de análise, compreendendo-o como resultado da combinação de fatores diversos, um processo de territorialização cujas territorialidades são fortemente ligadas ao lugar, recebendo influências ao mesmo tempo que lhe dão identidade (SAQUET, 2007, 2009). Assim, na abordagem territorial, problemáticas envolvendo sustentabilidade tem relação direta com a forma como a sociedade estrutura seu território, ou seja, são decorrência das territorialidades, o que envolve uma compreensão das relações entre cultura, natureza e história, além das relações entre homem, sociedade e natureza (DEMATTEIS, 2008; LEFF, 2006; MAGNAGHI, 2000, 2005; RAFFESTIN, 2009).

Na abordagem territorial, sustentabilidade tem um escopo amplo, considerando que as questões envolvendo equilíbrio ambiental estão relacionadas diretamente com outros fatores, o que leva à consideração de aspectos culturais e de governança, ao lado do conhecido tripé ambiental-social-econômico. Para Magnaghi (2000, 2005), a sustentabilidade pode ser vista nas dimensões ambiental, social, econômica, político-institucional e territorial. Para o autor, assim como se atenta à pegada ecológica e à preservação dos recursos naturais, aspectos envolvendo governança, participação dos atores e a representatividade do território frente à contextos externos, também devem ser considerados nas dimensões de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, na abordagem territorial a diversidade cultural e preservação do patrimônio são vistos como centrais para garantir a autonomia e competitividade dos territórios (DEMATTEIS, 2008).

Nesse sentido, as indicações geográficas podem ser um instrumento para proteção e reconhecimento dessas especificidades, a partir dos produtos ou serviços com identidade territorial. Mesmo considerando a diversidade de produtos e de contextos, as IGs possuem em comum o tripé origem-produto-qualidade, ou seja, a origem ou um meio geográfico definido, que está relacionado a

um produto (ou serviço) com determinados atributos de qualidade que o diferenciam dos demais. É importante notar que não são pilares isolados, mas elementos que, interrelacionados, dão origem a produtos únicos que passam a representar o território. As IGs são consideradas como referência de qualificação ou marca mais antiga, com citações já na Bíblia e o tema vem evocando discussões diversas envolvendo propriedade intelectual, comércio internacional e desenvolvimento territorial (BRUCH, 2008; RANGNEKAR, 2004).

A institucionalização do conceito de IGs foi consolidada por meio de protocolos estabelecidos pela OMC em 1994, na cidade de Marrakesh, Marrocos. A legitimidade da proteção de IGs é reconhecida pelo *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), um acordo sobre os direitos de propriedade intelectual relativos ao comércio, no âmbito do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) – ou Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, ao qual o Brasil é aderente (BRASIL, 1994). O artigo 22 do TRIPs conceitua as indicações geográficas como:

[...] aquelas que identificam um produto como originário do território de um Estado Membro, ou região, ou localidade naquele território, onde uma determinada qualidade, reputação, ou outra característica deste produto, é essencialmente atribuída a sua origem geográfica (BRASIL, 1994, p. 3).

A partir do acordo, cabe aos países internalizarem e criarem seus instrumentos e regramentos próprios. No Brasil, as IGs são consideradas uma categoria de propriedade industrial (assim como marcas e patentes, por exemplo), conforme Lei N° 9.279, de 14 de maio de 1996 (BRASIL, 1996) e regulamentadas pelo INPI, de acordo com diversos Atos, Resoluções e Instruções Normativas, vigendo, em 2021, a Instrução Normativa N° 95, de 2018 do INPI (INPI, 2018).

Em outra perspectiva, as indicações geográficas são maneiras de formalizar, reconhecer e proteger o *terroir*. A expressão francesa *terroir*, utilizada sem tradução, é frequentemente associada aos vinhos, mas também é aplicada a outros produtos agropecuários e remete a fatores simbólicos e subjetivos na relação com a terra, envolvendo ação de uma coletividade social, suas relações familiares e culturais, tradições de defesa comum, solidariedade e exploração dos produtos (BARHAM, 2003). O conceito ressalta e preserva a diversidade, se opondo à uniformização (TONIETTO, 2007).

As indicações geográficas vêm sendo objeto de políticas públicas por países ou organismos, considerando seu objetivo inicial de proteção, mas também das externalidades positivas decorrentes de seu reconhecimento, como o potencial de articulação territorial (NGO BAGAL; VITTORI, 2011; VALENTE; PEREZ; FERNANDES, 2013). Dentre os impactos identificados a partir das indicações geográficas estão a proteção e a valorização dos produtos, o que remete a aspectos de marketing, diferenciação e retorno econômico (AGARWAL; BARONE, 2005; AGOSTINO; TRIVIERI, 2014; BARJOLLE; PAUS; PERRET, 2009; DALLABRIDA, 2013). Além disso, as IGs podem contribuir na organização dos produtores, em termos de representatividade institucional, governança e articulação do setor como um todo (FANTE; DALLABRIDA, 2016; TONIETTO; MILAN, 2003). Nesse sentido, as IGs podem se configurar como um instrumento para trabalhar sustentabilidade territorial, na abordagem vista até aqui.

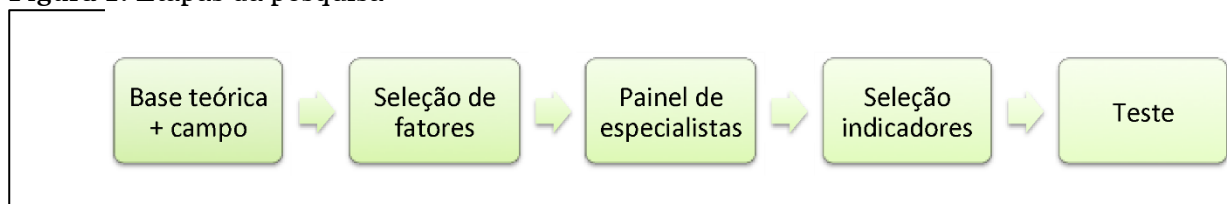
Outro ponto que chama a atenção no tema é o potencial de desenvolvimento em países como o Brasil. Para exemplificar, enquanto o Brasil conta com 92 IGs registradas, a França possuía, em 2020, um total de 363 AOPs (equivalente à denominação de origem no Brasil) somente para vinhos, mais 50 em produtos lácteos (principalmente queijos) e 50 em produtos agroalimentares, o que representava cerca de 23 bilhões de euros em faturamento (INAO, 2016). Tudo isso mostra o potencial de desenvolvimento do tema na medida em que os processos sejam reconhecidos pelos produtores e consumidores, acompanhado dos devidos avanços institucionais.

## Procedimentos metodológicos e contexto da pesquisa

O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. A pesquisa qualitativa permite observar os significados dados a um problema pelos atores e grupos sociais, ao mesmo tempo que promove a verificação de aspectos complexos de um fenômeno (CRESWELL, 2010; STRAUSS; CORBIN, 2002). Já a natureza exploratória se aplica em situações pouco estudadas,

quando se quer expandir o conhecimento a respeito do objeto de estudo e gerar hipóteses (GIL, 2011). A pesquisa foi organizada em cinco etapas principais, que podem ser vistas na Figura 1.

**Figura 1:** Etapas da pesquisa



Fonte: elaborado pelas autoras

A primeira etapa teve como objetivo a busca de referenciais teóricos e empíricos para dar suporte ao estudo. A pesquisa teórica teve como base a abordagem territorial, mas também publicações a respeito do tema das indicações geográficas no Brasil e contexto internacional. Ao mesmo tempo, buscou-se referenciais empíricos com a realização de entrevistas com especialistas no tema e promotores de políticas públicas, trabalhos de campo em indicações geográficas no Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além da participação em eventos e discussão do tema com IGs de Santa Catarina.

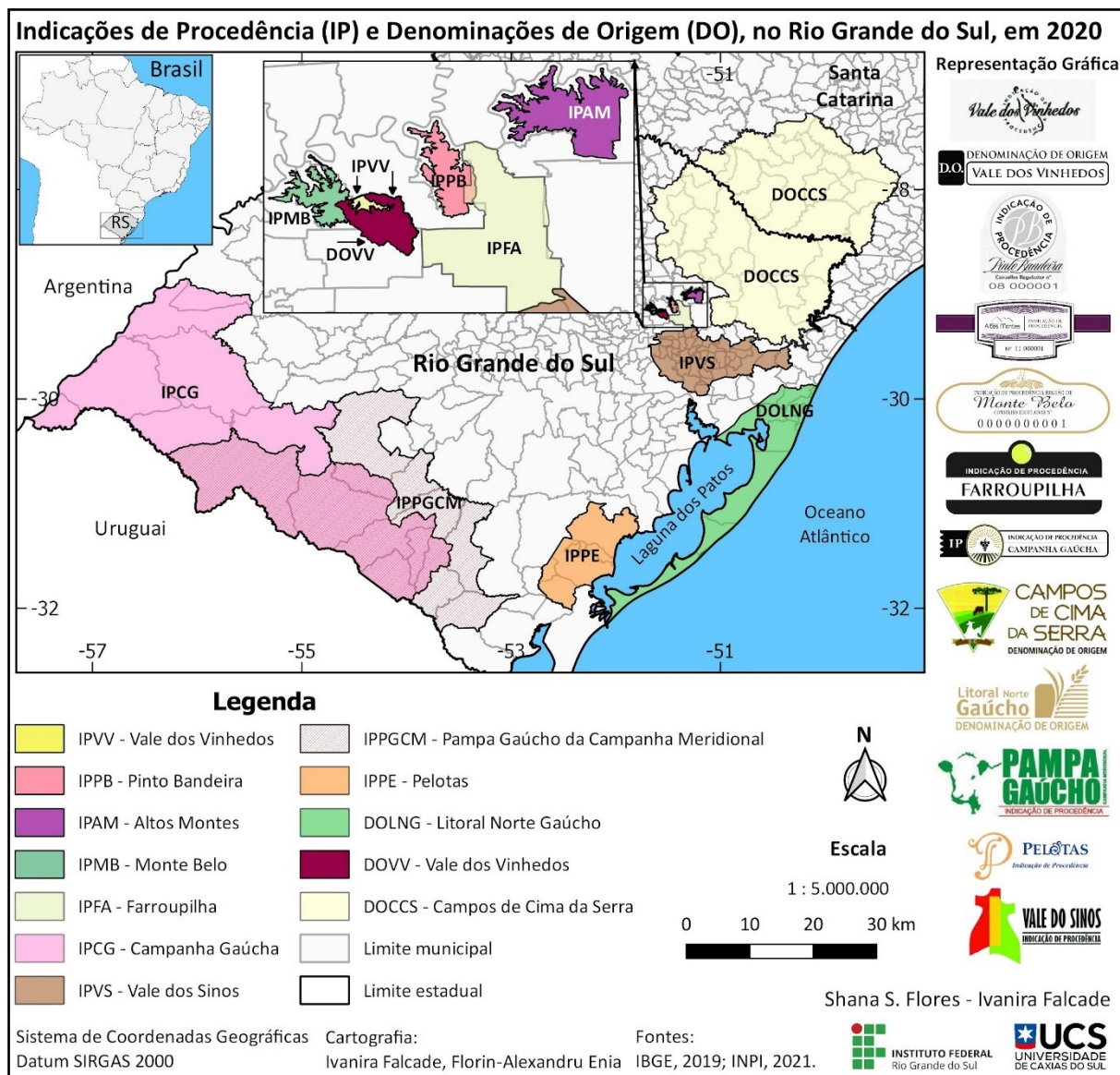
Na segunda etapa, foram sistematizados 20 fatores críticos, classificados em 5 dimensões (ambiental, econômica, social, político-institucional e territorial), conforme proposta de Magnaghi (2000, 2005). Os fatores foram considerados críticos para a prospecção e de IGs, mas também para o momento conhecido como pós-IG (após o registro da IG), que envolve a gestão e consolidação, o que é particularmente importante em um ambiente institucional novo, como é o caso do Brasil. Na terceira etapa, os fatores passaram por um painel de 10 especialistas para validação, utilizando questionário em formato eletrônico. Os especialistas eram executivos na gestão de IGs, pesquisadores ou membros de instituições atuantes no tema, especialmente nos processos de estruturação das Indicações Geográficas. Por razão de compromissos de confidencialidade, os nomes e instituições não serão divulgados. No questionário os especialistas opinavam sobre a validade dos fatores, hierarquização, assim como tinham espaço para comentários e sugestões de indicadores. A validação foi feita em uma rodada e os dados foram apreciados usando triangulação com outras fontes. Os resultados dessa primeira fase foram publicados (Flores; Falcade, 2019b).

Para cada um dos fatores foram selecionados indicadores, que pudessem ser utilizados para uma avaliação objetiva e facilitasse a comparação em diferentes contextos, correspondendo à quarta etapa. Em cada indicador foram especificadas unidades, fontes e formato de coleta. Então, na quinta etapa, o protocolo foi testado em indicações geográficas do Rio Grande do Sul. O instrumento foi aplicado em oito IGs com diferentes níveis de maturidade no RS: quatro registradas, uma depositada e três em prospecção ou estruturação. A validação se deu com o uso de triangulação, uma técnica para confirmar as informações em pesquisa qualitativa a partir do cruzamento de informações de diversas fontes de dados (JONSEN; JEHN, 2009). Para isso, foram usadas entrevistas com especialistas, com representantes das IGs, além de pesquisa documental e bibliográfica.

O Rio Grande do Sul foi pioneiro no registro de IGs no Brasil e apresenta atualmente diversidade de produtos e de IGs em diferentes estágios de maturidade, que favorecem uma visão mais ampla do tema. O estado teve a primeira IG reconhecida no Brasil, a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, também a primeira denominação de origem do país, para o arroz do Litoral Norte Gaúcho (em 24.8.2010) e a primeira DO para produtos lácteos para o queijo serrano dos Campos de Cima da Serra (3.3.2020). Por muito tempo o RS foi o estado com maior número de IGs registradas, sendo ultrapassado, em 2020, por Minas Gerais, que conta com 14 IGs registradas (11 IPs e 3 DOs). Até o final de 2020 o RS possuía 12 IGs registradas (9 IPs e 3 DOs), reconhecendo 7 diferentes categorias de produtos (Mapa 1).



Mapa 1: Indicações Geográficas no Rio Grande do Sul, registradas até 2020



Dentre as IGs do RS, foram escolhidos oito casos para a testagem, contemplando: diversidade do tema, diferentes regiões do estado (ver Mapa 1), variedade de categorias de indicação geográfica (IP ou DO) e de produtos, além do estágio de desenvolvimento ou maturidade. O Quadro 1 sistematiza as principais informações das IGs que compõem a amostra.

**Quadro 1:** Indicações Geográficas pesquisadas, em 2017.

<b>Categoria</b>	<b>IG</b>	<b>Categoria de Produto</b>	<b>Tipo IG</b>	<b>Descrição</b>
Registradas	Vale dos Vinhedos	Vinhos e espumantes	IP e DO	Foi a região pioneira no Brasil, reconhecida como IP (81km <sup>2</sup> ), em 2002, e DO (72km <sup>2</sup> ), em 2012 (primeira DO para vinhos e segue sendo a única). A área delimitada está localizada na Serra Gaúcha, principal e tradicional região vitivinícola brasileira, nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul.
	Litoral Norte Gaúcho	Arroz	DO	Primeira DO brasileira, registrada em 2010. As características especiais do produto se devem a fatores naturais/humanos, à localização e à configuração da região, composta por municípios dispostos em uma estreita faixa de terra entre massas de água (o oceano e um sistema de lagoas costeiras). A região é composta por 12 municípios do Litoral Norte (total ou parcial), com cerca de 1300km <sup>2</sup> e 300km de extensão.
	Pelotas	Doces tradicionais	IP	A IP foi reconhecida em 2011 e destaca um produto típico da região, com o resgate de receitas portuguesas para aproveitar as gemas dos ovos, cujas claras eram usadas para engomar roupas dos senhores das “charqueadas”. São 15 tipos de doces na IP, que é delimitada considerando a “Pelotas Antiga”, que inclui Pelotas e 5 municípios hoje emancipados (total de 5.052km <sup>2</sup> ). A IP possui um sistema de rastreamento on-line e já ultrapassou 3 milhões de doces comercializados com o selo.
	Farroupilha	Vinhos e espumantes	IP	Reconhecida em 2015, a IP é exclusiva de vinhos com base em variedades moscatéis. A IP possui 379km <sup>2</sup> e se localiza quase exclusivamente no município de Farroupilha (99%), que é o maior produtor nacional de uvas moscatéis, com destaque para a Moscato Branco, cultivada na região desde a década de 1930 e com perfil genético identificado como único no mundo.
Depositada <sup>1</sup>	Gramado <sup>1</sup>	Chocolate artesanal	IP	Depositada no INPI em julho de 2018, está em análise e tem o intuito de proteger o produto típico do município, com fábricas desde 1976. Será registrado pela IP o chocolate artesanal produzido no município de Gramado, a partir da amêndoa do cacau. Outras especificações de qualidade são: mínimo 35% de cacau e sem gordura hidrogenada. Conforme informações da Prefeitura Municipal de Gramado, as vinte e duas chocolaterias do município tem um faturamento de R\$ 66 milhões e geram 651 empregos diretos.
Em prospecção ou estruturação <sup>2</sup>	Vale do Jaguari <sup>3</sup>	Mel	IP	A produção de mel no Vale do Jaguari data da década de 1950 e, atualmente, conta com 6 associações, mais de 200 apicultores e estimativa de produção anual de 865ton de mel, 600Kg de própolis e 10kg de geleia real. A comercialização do produto inclui a exportação para países como os Estados Unidos, contudo, o produto não é identificado como local, o que tem motivado a busca pelo reconhecimento da região.
	Panambi <sup>3</sup>	Käsekuchen (bolo)	IP	Popularmente conhecido como “kesko”, o Käsekuchen é um bolo de requeijão com origem vinculada à colonização alemã, no município de Panambi. O produto tem data comemorativa e uma festividade anual, e é uma referência do município para a população local, turistas e visitantes.
	Ovino Crioulo da Fronteira Oeste <sup>3</sup>	A definir	IP	O projeto da IP tem como intuito a valorização da raça dos Ovinos Crioulos da Fronteira Oeste do RS. É uma criação típica da região, com características rústicas, criado em campo nativo e muito presente nas propriedades/empreendimentos de pequeno porte. A criação dos ovinos está relacionada à identidade da região e à cultura do gaúcho, e já foi objeto de projetos de pesquisas para caracterização da raça.

Fonte: elaborado pelas autoras

1 - A IP Gramado foi reconhecida em jun/2021. A opção por manter como depositada foi respeitar a situação do momento da pesquisa e da coleta de dados.

2 - Projetos de Estruturação de Indicações Geográficas do Instituto Federal Farroupilha.

3 - Os topônimos das regiões são provisórios, no período em prospecção ou estruturação, como são referidas antes da proposta de registro.

## Resultados e discussão

A apresentação dos resultados e sua discussão está estruturada em três partes. Primeiro são apresentados os fatores de sustentabilidade (1), sistematizados a partir da consulta com os especialistas, contemplando as dimensões ambiental, social, econômica, político-institucional e territorial. Os fatores são desdobrados em uma proposta de indicadores de sustentabilidade para indicações geográficas (2), que em seguida foram testados no contexto das IGs do RS (3).

## Fatores de sustentabilidade

A seguir são listados os 20 fatores de sustentabilidade sistematizados a partir das dimensões ambiental, social, econômica, político institucional e territorial, identificados nas entrevistas com os especialistas, em 2017. Na dimensão ambiental, foi trabalhada a noção de redução da pegada ecológica, restringindo o consumo de recursos naturais (como água e energia), melhorando a qualidade dos produtos (em relação ao ambiente e cultura) e restaurando o ecossistema local. A dimensão conta com 4 fatores:

- Água e energia: programas de ecoeficiência; iniciativas para qualidade da água, redução de consumo e reuso, participação em comitês de bacia hidrográfica ou outras instâncias de discussão, para água; iniciativas para eficiência energética, design das instalações, uso de energia de fonte renovável, para energia.
- Resíduos e efluentes: iniciativas para gestão de resíduos (reutilização, compostagem, coleta seletiva, reciclagem), destinação adequada de resíduos especiais, redução no uso de materiais ou geração de resíduos e efluentes, tratamento de efluentes.
- Biodiversidade: iniciativas para o acompanhamento e monitoramento da biodiversidade, manutenção da vegetação nativa, de áreas de conservação e entorno, manutenção da cobertura do solo, participação em iniciativas para promoção da biodiversidade e gestão integrada da paisagem.
- Programas de Gestão Ambiental: iniciativas integradas que visem à gestão ambiental que podem envolver qualidade do ar ou da água, gestão do consumo de água e energia, resíduos e efluentes ou aspectos específicos envolvendo produção e qualidade ambiental (tais como, manejo integrado, programa alimentos seguros, agricultura orgânica, entre outros).

A dimensão social tratou de questões relativas à qualidade de vida e indicadores sociais, que passam pelo estabelecimento de relações éticas com os públicos envolvidos. Os 4 fatores sociais foram considerados em três níveis, indo do micro ao macro, envolvendo público interno, relações com a comunidade e sociedade em sentido mais amplo, como pode ser visto a seguir:

- Saúde, segurança e condições de trabalho: considerando aspectos como boas condições e ambiente de trabalho, iniciativas para ergonomia e saúde ocupacional, iniciativas para prevenção de acidentes e uso de EPIs e iniciativas para qualidade de vida no trabalho.
- Treinamento e capacitação: considerando aspectos como iniciativas para treinamento e qualificação de forma pontual e individual, articulação e parcerias para treinamento e capacitação e ações de endomarketing.
- Comunidade: considerando aspectos como relação com o entorno (por exemplo, monitoramento e iniciativas para minimizar impactos no entorno), iniciativas para melhoria dos espaços públicos, preferência por produtos locais nas compras, valorização de profissionais locais e participação em programas sociais e comunitários.
- Território: considerando aspectos como participação em políticas públicas para o território ou setor de atuação e participação em associações locais ou setoriais.

Os fatores econômicos dizem respeito à produção de valor agregado territorial, que valoriza o território e identidade, ao mesmo tempo que contribui para o sistema econômico local. A dimensão é ampla e reflete a capacidade dos produtores de aproveitarem as potencialidades locais, em termos de tipicidade, diferenciação e comunicação. Os 5 fatores econômicos sistematizados são:

- Produção e operações: considerando aspectos como padronização do processo produtivo, programas de qualidade e parâmetros de qualidade territorial.



- Sistemas de gestão: considerando aspectos como processos de planejamento, estrutura de marketing e comercialização e formalização dos processos de gestão das empresas.
- Acesso a recursos: considerando aspectos como acesso a recursos externos (financeiros, conhecimento, materiais ou equipamentos), acesso à apoio técnico e consultorias.
- Diversificação: diversificação de produtos, de mercados ou de serviços.
- Turismo: desenvolvimento do turismo como mecanismo para diversificação de receitas ou promoção dos produtos.

Os fatores político-institucionais refletem a capacidade do território de se organizar e tomar decisões sobre seus recursos. São tratados aspectos referentes à organização institucional do território, seja através de redes de relações ou de fóruns constituídos. Os 2 fatores político-institucionais sistematizados são:

- Governança: práticas de gestão nos produtores, empresas e entidades, nível micro; presença de associações e/ou entidades representativas que congreguem os produtores e outros atores envolvidos; considerando o território.
- Articulação: integração dos diversos atores relacionados ao setor, que pode ser em nível de troca de informações ou do desenvolvimento de parcerias com objetivos específicos, em nível micro; parcerias estabelecidas com agentes externos para a promoção do território ou acesso a recursos diversos, considerando o território.

Os fatores territoriais dizem respeito à capacidade de reprodução da identidade local e trata diretamente da integração entre produto, produção e território, tendo sido sistematizados em 5 fatores. É uma dimensão de base para as indicações geográficas.

- Patrimônio e cultura: aspectos do patrimônio (natural e construído, tangível e intangível) e cultura local que são reconhecidos pelos atores locais ou fora do território, valorizados a partir de iniciativas específicas ou nos projetos de produtos e instalações ou potencial para serem reconhecidos ou valorizados.
- Paisagem: aspectos da paisagem local que são reconhecidos pelos atores locais ou fora do território, valorizados a partir de iniciativas específicas ou nos projetos de produtos e instalações ou potencial para serem reconhecidos ou valorizados.
- Conhecimento: iniciativas para expandir o conhecimento sobre fatores do território de maneira sistematizada, podendo ser projetos de pesquisa por ICT, publicações, assim como trabalhos de TCCs, dissertações e teses.
- Produto com identidade territorial: existência de produto que tenha vinculação com o território.
- Produto com notoriedade: existência de produto que tenha vinculação com o território e que seja reconhecido em outros territórios.

### **Proposta de indicadores de sustentabilidade para indicações geográficas**

Após a definição e validação dos fatores de sustentabilidade, foram propostos indicadores que pudessem representá-los. É importante ressaltar que os indicadores apresentados a seguir não têm o intuito de esgotar o tema, mas de fornecer elementos para a análise e a reflexão sob uma base de dados comum. O Quadro 2 apresenta os indicadores, assim como formas e fontes de avaliação.

**Quadro 2:** Indicadores de sustentabilidade territorial para indicações geográficas e formas de avaliação, 2017

Dimensões	Fator	Indicador	Escala	Fonte
Territorial	Patrimônio e cultura	Museus	Sim/Não	Cadastro Nacional de Museus e Portal MuseusBR
		Feira Agroindustrial	Sim/Não	Secretaria Turismo RS (ou estado)
		Festividade gastronômica	Sim/Não	Secretaria Turismo RS (ou estado)
	Paisagem	Paisagens tombadas	Sim/Não	Pesquisa
		Unidades de conservação	Sim/Não	ICMBio (Painel Dinâmico)
		Projetos	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Conhecimento	Artigos	Sim/Não	Portal CAPES
		Teses e Dissertações	Sim/Não	Portal CAPES
		Projeto de pesquisa por ICT	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Produto com identidade territorial	Características ambientais e físicas de produto diferenciado (ou típico)	Sim/Não	Associação ou entidade representativa Resultados de pesquisas ou levantamentos preliminares.
Ligação histórica do produto com território		Sim/Não	Associação ou entidade representativa Resultados de pesquisas ou levantamentos preliminares.	
Produto com Notoriedade	Produto conhecido	Escala tipo Lickert 5 pontos	Associação ou entidade representativa Resultados de pesquisas ou levantamentos preliminares.	
Político Institucional	Governança	Associação	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Participação externa no Conselho Regulador	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Frequência reuniões (O conselho regulador ou associação se reúne pelo menos duas vezes ao ano, e tem periodicidade definida)	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Assiduidade reuniões (75% dos membros do conselho regulador participam de pelo menos 75% das reuniões realizadas anualmente)	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Articulação	Iniciativas integradas para promoção dos produtos e região	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Iniciativas integradas treinamento e capacitação RH	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Iniciativas integradas aquisição de matérias primas e equipamentos	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
Econômica	Produto e operações	Produto no mercado (% - associados com produtos no mercado/ total de associados ou sem produto)	Escala tipo Lickert 5 pontos	Associação ou entidade representativa
		Sistemas de gestão	Planejamento estratégico	Sim/Não
	Ações integradas de marketing		Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Executivo		Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Acesso a recursos	Existência de projetos e parcerias com agentes externos: Instituições de Ensino e Pesquisa	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Existência de projetos e parcerias com agentes externos: Sebrae ou consultoria	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Existência de projetos e parcerias com agentes externos: Outros	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Diversificação	Acesso a mercados (comercialização)	Escala tipo Lickert 5 pontos	Associação ou entidade representativa
	Turismo	Origem dos turistas	Escala tipo Lickert 5 pontos	Associação ou entidade representativa
	Social	Saúde, segurança e condições de trabalho	Iniciativas para ergonomia e saúde ocupacional, uso de EPI e prevenção de acidentes	Escala tipo Lickert 5 pontos
Treinamento e capacitação			Realização de atividade de treinamento nos últimos 3 anos	Sim/Não
Comunidade		Participação da comunidade na associação	Sim/Não	Associação ou entidade representativa

	Território	Participação da associação de conselhos municipais	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
Ambiental	Água e energia	Iniciativas para eficiência energética, design instalações ou energia renovável	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Iniciativas para acompanhamento e uso consciente	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Participação comitê bacia	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Resíduos e efluentes	Tratamento de efluentes (% produtores)	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
		Coleta seletiva (% produtores)	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Biodiversidade	Iniciativas para biodiversidade	Sim/Não	Associação ou entidade representativa
	Gestão ambiental	Existência de programas de gestão ambiental	Sim/Não	Associação ou entidade representativa

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de resultados da pesquisa, 2017.

## Sustentabilidade territorial nas IGs do RS

A partir dos fatores sistematizados, desdobrados em indicadores, o protocolo foi aplicado nas 8 IGs selecionadas no Rio Grande do Sul (Vale dos Vinhedos, Litoral Norte Gaúcho, Pelotas, Farroupilha, Gramado, Vale do Jaguari, Panambi, Ovino Criolo da Fronteira Oeste), com objetivo de identificar oportunidades e barreiras para o seu desenvolvimento. A observação de IGs em diferentes categorias de produtos, regiões e estágios de maturidade traz uma visão ampla do tema e permitiu a validação do instrumento.

Do ponto de vista territorial, com relação ao patrimônio e cultura, identificou-se que as regiões testadas possuem museus e também festividades gastronômicas, que são pontos importantes para cultivar elementos locais e identidade. O levantamento não levou em conta o número ou impacto (como número de visitantes, por exemplo), que pode ser testado em futuros trabalhos. Não foi considerado se as festividades são voltadas especificamente ao produto da IG, pois ocorrem em todas as regiões pesquisadas e acabam por envolver os produtos, mesmo que este não seja o foco principal da festa. As festividades mostraram um vínculo com a promoção do turismo, que é um fator importante na dimensão econômica. Se verificou que a relação entre IG e turismo aparece não só como consequência, mas também como causa. O reconhecimento de uma IG fomentando o turismo pode ser identificado, sobretudo, no caso do Vale dos Vinhedos, que é uma referência internacional no tema e recebe cerca de 500 mil visitantes/ano, conforme informações da associação dos produtores de vinho local. Contudo, também foi constatado o caminho inverso, de regiões que estão investindo ou já tem reputação turística, buscarem o registro da IG, como é o caso de Panambi e Gramado, respectivamente.

Com relação às feiras agroindustriais, não ocorrem apenas em uma IG da região sul do estado, que também se caracteriza por menor dinamismo econômico. As feiras são um momento potencial para relacionar as IGs às demais atividades econômicas da região sendo, portanto, uma oportunidade para valorização. Os resultados evidenciaram, que o fator paisagem se mostrou como um indicador frágil: quando identificadas ações, estas estão ligadas a projetos de biodiversidade; e a relação entre paisagem e patrimônio cultural é uma lacuna a ser trabalhada pois, ao mesmo tempo, é uma oportunidade para valorização das regiões.

O fator de conhecimento foi um ponto muito positivo, mostrando a participação de instituições de ciência e tecnologia (ICTs), quer seja nos projetos de estruturação das IGs quer seja trabalhando em temas das regiões. Além disso, nos casos de IGs registradas, representantes da ICTs são membros nos Conselhos Reguladores, contribuindo para a governança da região (no que diz respeito ao produto). Apenas na IP Gramado (em processo para registro durante a pesquisa) não ocorreu a participação direta de ICTs no projeto, mas aparece como produção acadêmica, o que denota atuação no tema. Uma oportunidade é o fortalecimento da atuação das ICTs em termos de extensão inovadora, sobretudo em projetos no período pós registro da IG.

Nas IGs registradas, um ponto de atenção foi na presença de produto com o selo da IG no mercado, mesmo em IGs mais maduras. Em muitas IGs, são poucos associados com produtos com o selo no mercado, ou ainda o selo é usado de forma pontual em eventos ou corresponde a uma pequena parcela da produção. As entrevistas com especialistas e os representantes das associações indicaram

que os custos envolvidos, associado à baixa valorização e conhecimento por parte dos públicos consumidores são barreiras para a expansão dos produtos com selo da IG. O resultado da pesquisa destacou que os consumidores procuram pelos produtos da região, mas não necessariamente pelo produto da IG. O RS possui IGs registradas que, até a data da pesquisa, não haviam colocado produto no mercado com o selo da IG, contudo, se salienta que todas as quatro IGs registradas abordadas na pesquisa possuem produtos com selo no mercado, com maior ou menor volume ou frequência, disponíveis em todos ou em diversos estados brasileiros e, inclusive, no exterior.

Outras barreiras ou fatores críticos de sucesso que puderam ser identificados são: gestão profissional, canal de comercialização e divulgação do tema das IGs. A gestão profissional pode ser com um cargo executivo, apoio técnico ou consultoria, permanentemente à disposição da associação e conselho regulador; isso se mostrou um fator muito importante para o desenvolvimento das IGs. Por exemplo, a presença de alguém dedicado à gestão, que não seja necessariamente das associações, evidenciou ser um diferencial com maior impacto do que o tempo de existência da IG. O canal de comercialização e a possibilidade de transformar esse produto em “especialidade” ou *premium* se mostrou outro fator importante, que impacta nos demais e na efetiva adoção dos selos. Esse canal pode ser vinculado ao turismo, ou feiras específicas, nas quais os consumidores conhecem e valorizam as IGs. Pode ser visto que a adoção do selo da IG não se dá naturalmente se o produtor continuar nos mesmos canais.

Outra oportunidade identificada foi usar mais variáveis relacionadas à sustentabilidade, como biodiversidade, paisagem e ecoeficiência. Os temas são pouco trabalhados nas IGs e apresentam um potencial de diferenciação dos produtos, além de preservação de recursos dos territórios. No atual contexto, a sustentabilidade das IGs do RS está bastante atrelada aos fatores territoriais; o dinamismo de seus processos passa por fatores político-institucionais (sobretudo governança) e na estruturação relacionada à fatores econômicos (sobretudo sistemas de gestão). Nesse sentido, iniciativas vinculadas aos fatores ambientais podem não só contribuir para a sustentabilidade das IGs como também posicioná-las como mecanismos para preservação da biodiversidade.

## Considerações finais

O presente estudo teve como intuito sistematizar fatores para avaliação das IGs e seus processos em termos de sustentabilidade territorial, avaliando potencial de desenvolvimento ou maturidade de IGs com base em critérios comuns. Uma das preocupações foi deslocar à análise apenas dos casos de sucesso e observar também territórios em processos de estruturação ou com menor grau de dinamismo e maturidade, de modo a dar suporte à formulação de políticas públicas e ações transversais relativas ao tema.

O Brasil vem apresentando um desenvolvimento consistente de ações na área, que cresce em diversidade de produtos e regiões, o que nos permite um olhar baseado não só em projeções, perspectivas e potenciais, mas também no aprendizado decorrente da avaliação das ações já implementadas. Foram destacadas, ao longo do estudo, a importância das políticas públicas na área, como forma de valorizar as regiões produtoras e agregar valor aos produtos e aos serviços locais. Como potencial impacto e oportunidade de fortalecimento está a articulação local, para além da promoção dos produtos da IG e do turismo, mas também em ações de capacitação e formalização dos sistemas de gestão. Por fim, as lacunas identificadas nos fatores ambientais são oportunidades para que as indicações geográficas avancem e passem a contribuir não só na governança territorial, mas também com a sua biodiversidade e preservação, aliando recursos ambientais com outros aspectos territoriais, como patrimônio e cultura.

Como limite, cabe destacar que é sempre um desafio comparar processos, sobretudo em casos fortemente relacionados a fatores territoriais, que possuem múltiplas variáveis, frequentemente relacionadas à fatores subjetivos ou imateriais. O instrumento validado poderá ser usado em outros contextos e futuros projetos, por pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Nesse sentido, o protocolo sistematizado deve contribuir para escalar avanços e delinear trilhas de aprendizagem, apoiando na compreensão dos processos em curso, ao mesmo tempo auxiliando na identificação de oportunidades e barreiras para o desenvolvimento do tema e sua sustentabilidade, em escopo amplo.



## Referências bibliográficas

- AGARWAL, S.; BARONE, M. J. *Emerging issues for geographical indication branding strategies*. 2005. Disponível em: [http://lib.dr.iastate.edu/matric\\_researchpapers/5](http://lib.dr.iastate.edu/matric_researchpapers/5). Acesso em: 20 ago. 2018.
- AGOSTINO, M.; TRIVIERI, F. Geographical indication and wine exports. An empirical investigation considering the major European producers. *Food Policy*, v. 46, p. 22–36, jun. 2014. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0306919214000268>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- BARHAM, E. Translating terroir: the global challenge of French AOC labeling. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 127–138, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016702000529>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BARJOLLE, D.; PAUS, M.; PERRET, A. O. Impacts of geographical indications-review of methods and empirical evidences. 2009, [S.l.]: International Association of Agricultural Economists, 2009. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BOWEN, S. Embedding local places in global spaces: geographical indications as a territorial development strategy. *Rural Sociology*, v. 75, n. 2, p. 209–243, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1549-0831.2009.00007.x>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- BRASIL. *Decreto N° 1.355 de 30 de dezembro de 1994*. Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. [S.l.: s.n.]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d1355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1355.htm). Acesso em: 03 dez. 2017.
- BRASIL *Lei N° 9.279, de 14 de maio de 1996*. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm). Acesso em: 03 abr. 2015.
- BRUCH, K. L. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, L. O.; BOFF, S. O.; DEL'OLMO, F. DE S. (Org.). *Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DALLABRIDA, V. R. *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional*. São Paulo: Editora Liber Ars, 2013.
- DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L., Z. P. (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33–46.
- FLORES, S. S.; FALCADE, I. A pesquisa sobre Indicações Geográficas no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista INGI*, v. 3, p. 290–305, 2019a.
- FLORES, S.S.; FALCADE, I. . Innovation, competitiveness and sustainability factors for evaluation and prospection of geographical indications in Brazil. *Bio web of conferences*, v. 12, p. 03022, 2019b.
- FALCADE, I. As Indicações Geográficas (IG's) e a reorganização do espaço rural brasileiro. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 225–253.
- FANTE, C. C. DE L.; DALLABRIDA, V. R. Governança territorial em experiências de Indicação Geográfica: análises e prospecções. *Desenvolvimento Regional em debate: DRd*, v. 6, n. 2, p. 228–246, 2016. Acesso em: 07 abr. 2019.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- INAO. *Les produits sous signe d'identification de la qualité et de l'origine: chiffres-clés 2016*. Montreuil, [s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.inao.gouv.fr/>. Acesso em: 03 ago. 2017.
- INPI (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - BRASIL). *Instrução Normativa INPI Nº 95, de 28 de dezembro de 2018*. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/INn095de2018.VersooocerizadaparaPortalINPI.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.
- INPI (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - BRASIL). *Indicações geográficas: denominações de origem reconhecidas*. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- INPI (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - BRASIL). *Indicações geográficas: indicações de procedência reconhecidas*. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- JONSEN, K.; JEHN, K. A. Using triangulation to validate themes in qualitative studies. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, v. 4, n. 2, p. 123–150, 21 ago. 2009. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/17465640910978391>. Acesso em: 15 maio 2018.
- LEFF, E. *Racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAGNAGHI, A. Educare al territorio: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: GIORDA, M.; PUTTILI, M. (Org.). *Educare al territorio, educare il territorio*. Roma: Carocci, 2011. p. 32–42.
- MAGNAGHI, A. *Le projet local*. Sprimont: Pierre Mardaga, 2000.
- MAGNAGHI, A. *The urban village: a charter for democracy and local self-sustainable development*. New York: Zed Books, 2005.
- NGO BAGAL, M.; VITTORI, M. *Practical manual on geographical indications for ACP countries*. [S.l.]: Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation. 2011. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/images/stories/PDFs/English/OriGIn\\_publications/manual\\_acpcomplet.pdf](https://www.origin-gi.com/images/stories/PDFs/English/OriGIn_publications/manual_acpcomplet.pdf). Acesso em: 03 jun. 2019.
- NIEDERLE, P. A.; VITROLLES, D. Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 18, p. 5–55, 2010. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/319>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. *Espaço e cultura*, n. 27, p. 7–24, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539>.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. (Org.). *Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17–36.
- RANGNEKAR, D. The socio-economics of geographical indications. *UNCTAD-ICTSD Project on IPRs and Sustainable Development, Issue Paper*, v. 8, p. 13–15, 2004. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/ictsd2004ipd8\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ictsd2004ipd8_en.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73–94.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Medellín, Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, 2002.

TONIETTO, J. Afinal, o que é terroir? *Bom Vivant*, v. 8, n. 98, p. 8, 2007. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/>. Acesso em: 10 fev. 2017.

TONIETTO, J.; MILAN, J. *Arranjo produtivo local Vale dos Vinhedos*. Bento Gonçalves: Embrapa, 2003.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. DE M. V. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. *Ciência Rural*, v. 43, n. 7, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-84782013005000076&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-84782013005000076&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 03 abr. 2019.

WIPO (WORLD INTERNATIONAL PROPERTY ORGANISATION). *The definition of geographical indications*. Disponível em: [http://www.wipo.int/geo\\_indications/en/](http://www.wipo.int/geo_indications/en/). Acesso em: 17 jul. 2002.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*